

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

KAREN SILVA CRUZ

**A MULHER NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA E SUA RECONSTRUÇÃO EM
SIMONE DE BEAUVOIR**

CAMPO GRANDE – MS

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

KAREN SILVA CRUZ

**A MULHER NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA E SUA RECONSTRUÇÃO EM
SIMONE DE BEAUVOIR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como pré-requisito para obtenção do título de Licenciada em Filosofia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Rios Alves Nunes da Costa.

CAMPO GRANDE – MS

2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe Lucimar, meu pai Geovani, meu irmão Kauã, meu companheiro Paulino Henrique e a todas as mulheres que resistem todos os dias.

RESUMO

Esta pesquisa analisa criticamente a reconstrução da mulher na história da filosofia a partir do pensamento de Simone de Beauvoir, focalizando o capítulo III de *O Segundo Sexo*, articulado ao capítulo II de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels. A investigação adota abordagem qualitativa e indutiva, utilizando análise bibliográfica e hermenêutica para compreender como o existencialismo feminista de Beauvoir se aproxima do materialismo histórico, ao denunciar que a condição feminina não é destino biológico, mas construção social e histórica. Beauvoir demonstra que mitos religiosos, teorias biológicas e psicanalíticas naturalizaram a opressão feminina, ao passo que Engels revela a instituição da família patriarcal como instrumento de controle do corpo e do trabalho das mulheres. O diálogo entre essas obras permite uma leitura crítica das desigualdades contemporâneas, especialmente a divisão sexual do trabalho, a subordinação econômica e a persistência de representações simbólicas que sustentam o patriarcado. O estudo conclui que a libertação feminina exige ruptura com as bases materiais e simbólicas da dominação, articulando a emancipação econômica à reconstrução da subjetividade feminina. Ao se posicionar como filosofia militante, esta pesquisa reafirma a mulher como sujeito histórico, convocando-a a participar ativamente da transformação social e da reinvenção da filosofia, para que nunca mais seja relegada à condição de “Outro” passivo. Dessa forma, o trabalho busca contribuir para uma epistemologia feminista insurgente, crítica e transformadora.

Palavras-chave: mulher; existencialismo; materialismo histórico; Beauvoir; Engels.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Justificativa.....	8
Objetivos	11
Geral.....	11
Específicos.....	11
Metodologia.....	11
Referencial teórico	13
Filosofia existencialista de Simone de Beauvoir	13
As bases do feminismo em <i>O Segundo Sexo</i>	16
O materialismo histórico e a questão da família em Engels	18
Análise e discussão	20
O capítulo “fatos e mitos” de <i>O Segundo Sexo</i>	20
O ponto de vista do materialismo histórico em Beauvoir	22
Articulação com o capítulo “A Família” de Engels	24
Considerações críticas: reconstrução da mulher na história da filosofia.....	26
Considerações finais	28
Referências bibliográficas	30

INTRODUÇÃO

A presença da mulher na história da filosofia sempre foi marcada por ausências, silenciamentos e apagamentos sistemáticos, em razão de uma tradição acadêmica eurocêntrica e patriarcal que reservou ao masculino o papel de sujeito universal e relegou a mulher à condição de “Outro” (BEAUVOIR, 2009). Esse apagamento, longe de ser um descuido ou simples lacuna, revela um projeto civilizatório que associa a mulher à passividade, à imanência e à domesticidade, negando-lhe a agência plena na construção do pensamento. Filósofas foram constantemente marginalizadas, quando não descartadas, em um processo histórico de exclusão intelectual que reforça estereótipos de gênero, e se prolonga até a contemporaneidade. Tais mecanismos, ainda presentes nas instituições acadêmicas e na cultura de massa, atualizam a necessidade de revisitar criticamente a história da filosofia para resgatar a mulher como agente criador de sentido, contribuindo para a emergência de novas epistemologias que questionem a ordem patriarcal (FEDERICI, 2017).

Nesse contexto, a obra *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir constitui um divisor de águas ao inaugurar, no seio da tradição existencialista, uma leitura radicalmente emancipatória da condição feminina. Ao proclamar que “não se nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 2009, p. 9), a filósofa francesa denuncia a falácia naturalizante que sustenta a inferioridade feminina e inaugura a crítica à construção social do gênero. A mulher passa a ser compreendida não como um destino biológico imutável, mas como produto de estruturas materiais e simbólicas historicamente determinadas, recolocando o feminino como projeto, e não essência. Esse deslocamento, profundamente revolucionário, fornece a base para a crítica feminista contemporânea e inspira debates interseccionais, decoloniais e anticapitalistas que seguem atualizando o horizonte libertador traçado por Beauvoir (DAVIS, 2016).

O projeto teórico de Beauvoir, contudo, não se limita ao existencialismo clássico herdado de Jean-Paul Sartre. Sua filosofia se enraíza também em uma análise materialista da condição feminina, na qual as estruturas de opressão se explicam pelas relações sociais e econômicas que moldam a subjetividade das mulheres. No capítulo III do primeiro volume de *O Segundo Sexo*, intitulado “O ponto de vista do materialismo histórico”, Beauvoir recorre ao referencial marxista para analisar a opressão feminina a partir da organização da produção, da divisão sexual do trabalho e da propriedade privada

(BEAUVOIR, 2009). Essa aproximação a Marx e Engels aponta para a urgência de articular existencialismo e materialismo histórico, tensionando a liberdade ontológica das mulheres com as determinações concretas que a sociedade lhes impõe. Trata-se de uma síntese potente, pois afirma a autonomia feminina sem ignorar os grilhões históricos e econômicos que a limitam (LOPES, 2019).

No âmbito dessa articulação, destaca-se a leitura do capítulo II de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (ENGELS, 2010), obra em que Engels revela como a opressão das mulheres se consolida no surgimento da propriedade privada e no controle da herança, estabelecendo a família patriarcal como instrumento de dominação de gênero e de classe. Essa análise histórica e materialista ilumina as raízes profundas da subordinação feminina, mostrando que o patriarcado não é natural, mas produto de relações sociais historicamente construídas. Quando Beauvoir retoma essa herança marxista, ela amplia sua crítica existencialista, desmascarando os discursos que legitimam a desigualdade de gênero como algo inevitável (HUNTER, 2021). Assim, a investigação proposta neste trabalho busca evidenciar como essas teorias se cruzam para fundar uma visão de mulher historicamente reconstruída, superando mitos biologizantes e essencialistas.

Ainda hoje, em pleno século XXI, a condição feminina permanece atravessada por múltiplas formas de opressão que conjugam gênero, classe, raça e colonialidade, reproduzindo desigualdades históricas que têm raízes no patriarcado capitalista (FRASER, 2020). O resgate do pensamento de Simone de Beauvoir, em diálogo crítico com Engels, revela-se estratégico para compreender essas permanências e propor saídas radicais, capazes de refundar a filosofia a partir de uma epistemologia insurgente e militante. Essa epistemologia questiona não apenas a opressão de gênero, mas todo o modelo civilizatório que sustenta hierarquias, violências e desigualdades naturalizadas. A mulher, enquanto sujeito histórico, não pode mais ser narrada como passiva, submissa e inferior, mas deve protagonizar a ruptura com o mundo que a subjugou (GONÇALVES, 2021).

Diante desse cenário, o presente trabalho propõe analisar, de forma crítica e sistemática, o capítulo III de *O Segundo Sexo*, evidenciando como Beauvoir retoma a matriz do materialismo histórico para explicar as determinações sociais da condição feminina. A pesquisa pretende, ainda, confrontar essas reflexões com o capítulo II da obra de Engels, apontando convergências e tensões entre ambos os autores. A hipótese central sustenta que Beauvoir, ao reelaborar criticamente o materialismo histórico, oferece

instrumentos teóricos para pensar a emancipação feminina como tarefa coletiva e histórica, deslocando a mulher da esfera da imanência para o campo da práxis transformadora (RAGO, 2018). Tal perspectiva renova o feminismo como movimento político e filosófico de reinvenção da humanidade, recolocando a mulher no centro da história.

Por fim, ao revisitar Beauvoir e Engels, este estudo insere-se em uma perspectiva que recusa a neutralidade do saber acadêmico e adere a uma filosofia militante, engajada na transformação social. Entender a mulher como construtora de si mesma, em luta contra as estruturas que a oprimem, não significa apenas revisitar textos do passado, mas acionar uma potência de rebeldia viva e necessária, que continua ecoando nas lutas feministas e anticapitalistas atuais (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Ao denunciar as engrenagens do patriarcado, Beauvoir nos convoca, ainda hoje, a reconstruir não apenas a história da filosofia, mas a própria história da humanidade, restituindo às mulheres o lugar de sujeito pleno, livre e transformador.

JUSTIFICATIVA

O silenciamento histórico da mulher na filosofia revela uma violência epistêmica profunda, que não se limita ao campo teórico, mas ecoa na vida concreta de milhões de mulheres ao redor do mundo. Por séculos, o pensamento ocidental legitimou a subordinação feminina como destino natural e inescapável, construindo uma narrativa na qual o homem aparecia como sujeito pleno e autônomo, enquanto a mulher era relegada à função de “Outro”, ao espaço da repetição e da domesticidade (BEAUVOIR, 2009). Essa exclusão não decorre do acaso, mas de um projeto civilizatório estruturado para garantir a permanência do poder masculino sobre os corpos, as vozes e as trajetórias femininas. Diante desse cenário, a presente pesquisa justifica-se como ato de insurgência intelectual e política, pois se propõe a romper com a tradição androcêntrica que moldou a história da filosofia, trazendo à tona a potência crítica do pensamento de Simone de Beauvoir, cujo legado ainda incomoda e provoca rupturas.

Estudar a reconstrução da mulher no pensamento beauvoiriano, especialmente a partir do viés materialista histórico, contribui para iluminar as bases da opressão de gênero articuladas ao sistema capitalista e patriarcal. A obra *O Segundo Sexo* (1949) não apenas inaugura o feminismo filosófico moderno, mas também estabelece pontes com o

marxismo, ao denunciar que a situação feminina não é produto de essência biológica, mas resultado de condições sociais e históricas. Nesse sentido, a interlocução de Beauvoir com Engels revela-se estratégica para ampliar a compreensão da dominação de gênero, resgatando a análise de como a família patriarcal e a propriedade privada constituem fundamentos materiais da desigualdade entre homens e mulheres (ENGELS, 2010). Assim, a relevância social deste trabalho reside na possibilidade de atualizar tais reflexões para a contemporaneidade, em que ainda persistem formas sofisticadas de exploração feminina, seja no lar, no mercado de trabalho, ou nos espaços acadêmicos (FRASER, 2020).

A Universidade brasileira, e em particular a área da Filosofia, permanece marcada por profundas desigualdades de gênero. Mesmo no século XXI, as mulheres ainda são minoria como docentes, pesquisadoras e autoras de obras filosóficas reconhecidas, o que denuncia uma estrutura de exclusão persistente, naturalizada pelas hierarquias acadêmicas e pela reprodução cultural machista (RAGO, 2018). A análise proposta aqui busca tensionar essas ausências, questionando a própria configuração do saber filosófico que, ao longo de séculos, se estruturou em torno de um paradigma masculino, negando às mulheres a condição de pensadoras autônomas. Por isso, reafirmo que pesquisar Simone de Beauvoir é também pesquisar a nós mesmas, as mulheres que, diariamente, enfrentamos estereótipos, barreiras simbólicas e desigualdades estruturais.

Assumindo minha posição enquanto mulher, pesquisadora, e militante, reconheço que minha trajetória acadêmica se constrói na luta por um espaço que historicamente nos foi negado. Este trabalho nasce da urgência de interrogar a filosofia e de retomar, para nós mulheres, o direito de falar, de interpretar, de transformar o mundo com nossas próprias vozes. Ao me posicionar de forma consciente no lugar de mulher-filósofa, compreendo que cada linha escrita carrega não apenas um compromisso científico, mas também político e ético. O projeto de Beauvoir, que articula liberdade, autonomia e responsabilidade, inspira-me a buscar a transformação da realidade acadêmica e social, desafiando as narrativas que ainda insistem em nos aprisionar na condição de seres dependentes e secundários (GONÇALVES, 2021).

Outro elemento que justifica esta pesquisa está na relevância de revisitar a obra de Engels, frequentemente ignorada nos estudos feministas mais recentes, mas essencial para entender as raízes materiais da opressão de gênero. O capítulo II de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* ilumina as condições históricas que permitiram a consolidação da família patriarcal como célula de controle do corpo feminino e dos

direitos de herança, base sobre a qual se construiu a dominação masculina (ENGELS, 2010). Trazer Engels para dialogar com Beauvoir significa recusar a fragmentação teórica e propor uma leitura feminista marxista, capaz de relacionar exploração de gênero e exploração de classe como faces indissociáveis de um mesmo processo de dominação (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Além do valor acadêmico, a escolha desse tema possui uma motivação social inegável. No Brasil, onde o feminicídio, a desigualdade salarial e a violência sexual ainda assolam mulheres diariamente, a produção de conhecimento crítico sobre a opressão feminina tem caráter urgente e vital. A filosofia não pode se manter alheia às demandas históricas de libertação e igualdade, devendo comprometer-se com projetos de emancipação concretos. A partir de Beauvoir e Engels, é possível elaborar categorias analíticas potentes para denunciar a violência estrutural de gênero e propor caminhos de resistência e transformação (DAVIS, 2016). Essa reflexão não pode ser neutra: precisa se posicionar ao lado das mulheres que lutam para sobreviver e existir dignamente.

A presente pesquisa também se justifica enquanto contribuição para o avanço dos estudos de filosofia feminista no Centro-Oeste brasileiro, região ainda marcada por forte conservadorismo e escassez de produção acadêmica voltada às questões de gênero. Ao analisar Beauvoir em diálogo com Engels, pretendo oferecer subsídios teóricos que possam fomentar o debate crítico, incentivar novas pesquisas e fortalecer a presença das mulheres na filosofia universitária. Reescrever a história da filosofia incluindo as mulheres não significa apenas acrescentar nomes femininos a uma lista, mas transformar a própria estrutura do saber, questionando as bases androcêntricas e colonialistas que sustentam sua legitimidade (FEDERICI, 2017).

Justifico, portanto esta investigação como uma forma de insurgência pessoal e coletiva. É um gesto de desobediência epistemológica, de contestação ao cânone filosófico que excluiu e inferiorizou as mulheres. Ao dar centralidade ao capítulo III de *O Segundo Sexo*, articulado ao pensamento de Engels, a pesquisa se propõe a reacender o potencial transformador do feminismo existencialista e materialista, afirmando que a mulher não deve ser apenas objeto de reflexão, mas sujeito ativo na construção do mundo. Essa perspectiva assume o compromisso ético de resistir às opressões, de problematizar os mitos naturalizados e de reconstruir, a partir da práxis, novas formas de existir e pensar. Enquanto mulher, comprometo-me a transformar esta investigação em mais um grito de liberdade, capaz de inspirar outras mulheres a se reconhecerem, também, como criadoras de saberes e transformadoras da realidade.

OBJETIVOS

Geral:

Analisar criticamente a reconstrução da condição feminina no capítulo III — *O ponto de vista do materialismo histórico* — da obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, articulando esse conteúdo às reflexões de Friedrich Engels no capítulo II — *A família* — de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de modo a evidenciar como essas contribuições filosóficas podem servir de base para uma epistemologia feminista transformadora, comprometida com a emancipação das mulheres e a superação da ordem patriarcal-capitalista.

Específicos:

- a) Investigar as bases do existencialismo de Simone de Beauvoir, contextualizando seu diálogo crítico com Jean-Paul Sartre e destacando a originalidade de sua filosofia feminista.
- b) Examinar o capítulo III de *O Segundo Sexo*, evidenciando como Beauvoir retoma o materialismo histórico para problematizar as construções sociais e históricas que forjaram a subordinação feminina.
- c) Relacionar as análises de Beauvoir ao capítulo II de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, discutindo as convergências e tensões entre ambos no que tange à gênese da opressão feminina.
- d) Argumentar em favor de uma leitura integrada entre feminismo e materialismo histórico, evidenciando sua relevância para a crítica às hierarquias de gênero, de classe e de raça na sociedade contemporânea.
- e) Contribuir para a construção de uma epistemologia feminista insurgente, que recuse o lugar da mulher como “Outro” e afirme sua centralidade enquanto sujeito histórico, capaz de transformar a filosofia e a realidade social.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, fundamentada na análise crítico-interpretativa de textos clássicos e contemporâneos do pensamento feminista e marxista. O método qualitativo justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve a compreensão de fenômenos complexos,

historicamente situados e culturalmente mediados, como é o caso da opressão feminina na história da filosofia. A escolha de Simone de Beauvoir e Friedrich Engels como referenciais teóricos principais parte do reconhecimento de que ambos, a partir de matrizes distintas, questionam a naturalização das desigualdades de gênero e propõem interpretações transformadoras. Assim, a investigação se orienta por um viés militante, comprometido em dar visibilidade à luta das mulheres como sujeito histórico, articulando teoria e prática em uma perspectiva emancipatória.

O método de abordagem será indutivo, pois parte da leitura atenta e aprofundada dos textos de Beauvoir, especialmente o capítulo III do primeiro volume de *O Segundo Sexo*, complementada pelo capítulo II de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, para então chegar a generalizações e interpretações que respondam à problemática do trabalho. Essa escolha metodológica se justifica porque, ao reconstruir a visão da mulher na história da filosofia, busca-se identificar os mecanismos estruturais e simbólicos de opressão e, a partir deles, refletir sobre possibilidades de transformação social. A indução permite destacar nuances, tensões e contradições que seriam invisibilizadas em uma leitura puramente dedutiva, garantindo abertura para interpretações mais sensíveis às múltiplas dimensões da realidade feminina.

As principais técnicas utilizadas consistirão na pesquisa bibliográfica, tanto de obras clássicas (Beauvoir, Engels, Marx, Sartre) quanto de comentadores e pesquisadoras feministas contemporâneas (Davis, Federici, Fraser, Arruzza, Rago, Gonçalves), para construir um quadro teórico sólido e atualizado. Essa bibliografia será submetida a uma análise crítico-comparativa, buscando articular o pensamento existencialista de Beauvoir com a tradição materialista histórica, na perspectiva de compreender a opressão de gênero como fenômeno histórico, social e econômico. A pesquisa bibliográfica, nesse sentido, não se limita a coletar dados ou citações, mas se constitui como ato político de disputa de sentidos, rompendo com a hierarquia do saber masculino e colonizador, reafirmando o protagonismo epistêmico das mulheres.

No procedimento analítico, será priorizada a leitura hermenêutica, que leva em conta o contexto de produção das obras, as circunstâncias históricas, políticas e sociais que influenciaram Beauvoir e Engels, e a recepção crítica de suas ideias. Essa leitura hermenêutica será acompanhada de uma postura dialética, atenta às contradições, às tensões e às potencialidades transformadoras presentes nos textos. Ao articular existencialismo e materialismo histórico, a pesquisa assumirá conscientemente as dificuldades de integrar essas duas correntes, mas se colocará o desafio de construir

sínteses parciais que sirvam à luta das mulheres por liberdade e emancipação. A dialética, nesse caso, não será apenas um recurso teórico, mas uma postura ética frente à complexidade dos fenômenos estudados.

A validade da pesquisa será assegurada pela coerência interna entre os objetivos, a fundamentação teórica e a discussão dos resultados, buscando sempre rigor conceitual e clareza argumentativa. Embora não se trate de pesquisa empírica com dados estatísticos, o critério de validade neste estudo reside na consistência da interpretação, no compromisso com a transformação social, e na capacidade de produzir conhecimento útil às lutas feministas e anticapitalistas contemporâneas. O rigor metodológico, portanto, não se mede apenas pela neutralidade científica, mas também pelo engajamento político e ético com a libertação das mulheres, em sintonia com o legado de Beauvoir e Engels.

Esta metodologia assume que todo conhecimento é situado, atravessado por interesses de classe, raça e gênero. Enquanto mulher pesquisadora, não posso fingir distanciamento ou neutralidade absoluta; reconheço que minhas perguntas, meus olhares e minhas análises partem de uma experiência concreta de ser mulher em um contexto histórico de opressão e resistência. Essa consciência não compromete a qualidade científica do trabalho — ao contrário, amplia seu alcance crítico e o enraíza no chão da vida real. Assim, a metodologia se constitui como prática de insurgência acadêmica, propondo uma leitura comprometida, militante e transformadora, capaz de afirmar a mulher como sujeito epistêmico e político de sua própria história.

REFERENCIAL TEÓRICO

FILOSOFIA EXISTENCIALISTA DE SIMONE DE BEAUVOIR

Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir foi uma filósofa, escritora e feminista francesa nascida em 9 de janeiro de 1908 em Paris. Ela é amplamente reconhecida como uma das figuras mais influentes do pensamento existencialista e feminista do século XX, visto que suas contribuições encarreirou a teorização em torno das desigualdades construídas que diferenciam os sexos.

A filosofia de Simone de Beauvoir emerge em um contexto no qual o existencialismo francês alcança destaque intelectual no pós-guerra. Ainda que constantemente associada ao pensamento de Jean-Paul Sartre — com quem manteve uma

profunda parceria intelectual e afetiva —, Beauvoir constrói uma ontologia da liberdade que se distingue pela atenção às condições concretas da existência, especialmente no que diz respeito à experiência vivida das mulheres. Ao invés de repetir os pressupostos sartrianos, ela os reformula, ampliando as bases do existencialismo clássico para incorporar uma dimensão ética e social da liberdade.

O existencialismo parte do princípio de que a existência precede a essência. Para Beauvoir, como para Sartre, o ser humano não possui uma natureza pré-determinada; ele é aquilo que faz de si. A liberdade é, assim, a condição ontológica fundamental do sujeito: não somos, mas estamos constantemente nos tornando. No entanto, diferentemente de Sartre, Beauvoir se mostra mais sensível ao peso da facticidade — as condições concretas, materiais e sociais que moldam o campo de possibilidades de cada indivíduo.

Em *A ética da ambiguidade* (1947), Beauvoir destaca que o ser humano é simultaneamente transcendência e facticidade. Transcendência, porque é livre para ultrapassar sua situação e projetar novos sentidos para si e para o mundo. Facticidade, porque está lançado em um mundo que ele não escolheu: seu corpo, sua classe social, seu tempo histórico, sua linguagem. Essa dupla condição torna a liberdade sempre situada. Beauvoir rejeita tanto a ideia de uma liberdade absoluta quanto de uma determinação completa, afirmando que o sujeito é livre, mas sua liberdade está sempre em tensão com os limites impostos pela realidade.

É nessa articulação entre liberdade e situação que Beauvoir insere a análise da condição feminina. A célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 9) expressa sua recusa em aceitar que a identidade feminina derive de fatores naturais ou biológicos. A mulher é um projeto, uma construção histórica e cultural — resultado de séculos de discursos, instituições e práticas sociais que a moldaram como “Outro”.

Nesse sentido, Beauvoir introduz na tradição existencialista uma preocupação inédita com as mediações históricas e sociais da existência. Enquanto Sartre, em *O ser e o nada* (1943), está mais voltado para uma fenomenologia da consciência e das más-fés individuais, Beauvoir incorpora à ontologia existencialista uma análise crítica das estruturas sociais que limitam a realização da liberdade humana.

A mulher, segundo Beauvoir, vive sua condição existencial de forma assimétrica em relação ao homem. Enquanto o homem é reconhecido como sujeito autônomo, a mulher é historicamente tratada como objeto de definição alheia, como instrumento,

como meio para fins masculinos. Essa desigualdade não decorre de uma essência inferior, mas de um processo de socialização que aliena a mulher de sua liberdade originária.

Beauvoir critica a tradição filosófica e científica ocidental que tratou a mulher como ser passivo, emotivo, incapaz de racionalidade plena. Da biologia à psicanálise, da antropologia à moral cristã, diversos saberes contribuíram para essencializar a feminilidade, atribuindo-lhe características fixas e subordinadas ao modelo masculino.

O existencialismo de Beauvoir contrapõe-se radicalmente a essa visão. Para ela, qualquer tentativa de explicar a mulher a partir de sua biologia ou de sua função reprodutiva incorre em má-fé — conceito sartreano que designa a recusa do sujeito em assumir sua liberdade. A mulher que se resigna a seu papel social pré-estabelecido também pode incorrer em má-fé, mas sua responsabilidade é mitigada pelas pressões materiais, simbólicas e institucionais que limitam sua liberdade.

A filosofia de Beauvoir, portanto, rompe com o naturalismo ao insistir que a identidade feminina não é um destino biológico, mas uma construção contingente, sujeita à crítica e à transformação. Sua análise é marcada por um profundo humanismo: acredita que é possível, mesmo diante de obstáculos históricos, afirmar a liberdade das mulheres como projeto existencial.

Ao afirmar que a mulher é um ser em situação, Beauvoir transforma a noção abstrata de liberdade existencial em uma tarefa concreta. A liberdade, para ela, não é um estado, mas uma práxis — um engajamento contínuo na superação da opressão, tanto individual quanto coletiva. Essa perspectiva aproxima sua filosofia de uma ética do cuidado e da responsabilidade, na qual a liberdade só se realiza plenamente quando reconhece e promove a liberdade do outro.

Essa reformulação ética do existencialismo permite a Beauvoir pensar o feminismo não apenas como um movimento político, mas como uma exigência ontológica. O feminismo torna-se o meio pelo qual as mulheres podem se apropriar de sua condição de sujeitos e exercer plenamente sua liberdade. Libertar-se da condição de “Outro” é afirmar-se como existência plena, como projeto em constante devir.

Beauvoir antecipa, assim, uma concepção de liberdade que será retomada por correntes feministas posteriores, como o feminismo interseccional e o feminismo pós-colonial, que também insistem na importância de pensar a liberdade a partir das situações concretas de opressão.

AS BASES DO FEMINISMO EM O SEGUNDO SEXO

A obra *O Segundo Sexo*, publicada em 1949, representa um marco intransponível na história do pensamento feminista, ao oferecer a primeira sistematização filosófica consistente sobre a condição feminina a partir de uma perspectiva existencialista. Simone de Beauvoir desloca o debate sobre as mulheres do campo meramente jurídico ou moral para o terreno ontológico, questionando a própria forma como se construiu o conceito de “mulher” na tradição filosófica ocidental. Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 2009, p. 9), ela desafia radicalmente a ideia biologizante da feminilidade, construindo uma teoria onde a mulher não é fruto de uma essência imutável, mas de processos históricos, sociais e culturais que a moldaram como ser subalterno. Essa leitura inovadora transformou a filosofia em ferramenta de emancipação, desestabilizando as bases patriarcais que sustentavam, por séculos, a exclusão das mulheres dos espaços de poder e saber.

Beauvoir inicia sua reflexão apresentando a mulher como “Outro” na relação com o homem, ou seja, como identidade negativa, sempre definida por contraste e negação, jamais como sujeito absoluto (BEAUVOIR, 2009). Essa categoria do Outro, herdada parcialmente de Hegel, é radicalizada por Beauvoir ao evidenciar que a mulher não apenas foi objetificada historicamente, mas internalizou essa objetificação, transformando-a em elemento estruturante de sua própria subjetividade. Essa constatação é dolorosa e libertadora ao mesmo tempo, pois coloca na mesa a possibilidade de ruptura, de reconstrução subjetiva, de transformação do ser mulher para além dos mitos e papéis impostos. O feminismo, assim, se torna em Beauvoir um projeto ontológico de libertação.

No primeiro volume de *O Segundo Sexo*, intitulado *Fatos e Mitos*, Beauvoir faz uma crítica minuciosa às ciências naturais, à psicanálise, ao marxismo ortodoxo e à antropologia, apontando como todos esses discursos, pretensamente neutros, serviram para reafirmar a inferioridade feminina ao longo dos séculos. Seja no mito religioso de Eva, na biologia que reduz a mulher ao seu aparelho reprodutor, ou na psicanálise freudiana que define a feminilidade como carência, Beauvoir demonstra como a mulher foi construída como alteridade subordinada, destinada a permanecer confinada no espaço doméstico, dependente do olhar e da validação masculina (BEAUVOIR, 2009). Essa desmontagem crítica revela que não há neutralidade na produção do conhecimento — o

saber também é um campo de disputa ideológica, onde a filosofia feminista precisa intervir com radicalidade.

A filósofa francesa propõe, nesse sentido, uma libertação existencial, entendida como práxis concreta de recusa às estruturas que transformam a mulher em prisioneira de papéis sociais fixos. Ao recuperar a noção de liberdade como projeto — central no existencialismo —, Beauvoir denuncia que a mulher, historicamente, teve sua transcendência barrada: impedida de se projetar para além de suas condições materiais, restou-lhe apenas a repetição de uma existência imanente. O feminismo em Beauvoir, portanto, ultrapassa a simples demanda por igualdade de direitos, transformando-se numa filosofia da ação, que exige das mulheres o engajamento na construção de si mesmas como sujeitos plenos, capazes de criar sentidos e destinos próprios (LOPES, 2019).

Outro aspecto fundamental para compreender a base feminista de Beauvoir está em sua recusa a qualquer determinismo natural. A mulher, segundo ela, foi historicamente reduzida a seu corpo e à função biológica da reprodução, sendo retratada como presa da natureza, enquanto o homem se associava à cultura, à criação, à transcendência (BEAUVOIR, 2009). Ao denunciar essa dicotomia artificial, Beauvoir abre caminho para uma crítica profunda do patriarcado, pois coloca em xeque a hierarquia que legitima a dominação masculina. Essa denúncia ecoa até hoje nos debates feministas interseccionais, que ampliaram a crítica ao essencialismo para incluir também questões de raça, classe, colonialidade e sexualidade (DAVIS, 2016).

Em suas análises, Beauvoir aponta que a própria mulher internaliza essa posição de subordinação, reproduzindo o olhar do opressor e se tornando cúmplice involuntária do seu destino. Essa constatação dolorosa revela a profundidade da opressão, pois não se trata apenas de uma estrutura externa, mas de um mecanismo introjetado, que atua de forma silenciosa e persistente (BEAUVOIR, 2009). O processo de emancipação, por isso, exige um movimento duplo: romper com as determinações materiais de subordinação e, ao mesmo tempo, reinventar a própria subjetividade feminina. Essa compreensão é o que torna Beauvoir tão atual, pois antecipa os debates sobre empoderamento, autonomia e consciência crítica que atravessam os feminismos contemporâneos.

Ao apontar caminhos para a libertação feminina, Beauvoir reforça a dimensão ética do feminismo como prática de transformação do mundo. Não se trata de um projeto individualista, mas de uma ação coletiva, capaz de ressignificar as relações sociais e romper as bases do patriarcado. O feminismo de Beauvoir carrega um forte componente político, pois não se contenta com reformas superficiais: exige a revisão de todas as

instituições que estruturam a opressão, da família ao trabalho, da moral à religião. Sua proposta é, portanto, profundamente revolucionária e ainda hoje nos desafia a pensar em mudanças radicais que alcancem a raiz da desigualdade (RAGO, 2018).

Ao transformar a mulher em sujeito da filosofia, Beauvoir reinventa não apenas a história do pensamento, mas também a própria concepção de humanidade. Ao afirmar que a mulher não é um destino, mas um projeto, ela convida todas nós a refundar nossas existências, abrindo possibilidades de novos futuros, para além do patriarcado e do capitalismo. Essa perspectiva, que inspira e mobiliza as lutas feministas até hoje, fundamenta a escolha desta pesquisa e a torna não apenas relevante, mas necessária, como instrumento de ação crítica e transformadora.

O MATERIALISMO HISTÓRICO E A QUESTÃO DA FAMÍLIA EM ENGELS

A leitura de Friedrich Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2010) oferece uma chave decisiva para compreender as raízes históricas e materiais da opressão feminina. Engels propõe que a subordinação das mulheres não surgiu de uma inferioridade natural, mas da transformação das formas de produção e da consolidação da propriedade privada, fenômenos que deslocaram o poder de organização da vida comunitária feminina para o controle masculino. Assim, a família patriarcal, tal como conhecemos, seria um dispositivo histórico surgido para garantir a transmissão da herança, subordinando as mulheres aos interesses econômicos e simbólicos dos homens (ENGELS, 2010). Essa interpretação rompe com qualquer essencialismo biológico, apontando que a desigualdade de gênero tem raízes na estrutura social e pode, portanto, ser historicamente superada.

Engels desenvolve sua análise a partir de dados etnográficos e históricos recolhidos pelo antropólogo Lewis H. Morgan, propondo que, nas sociedades de matriz comunal e matrilinear, as mulheres exerciam maior autonomia e respeito. Foi apenas com o surgimento da propriedade privada que a condição feminina sofreu um rebaixamento brutal, passando de gestora da comunidade à serva do lar patriarcal (ENGELS, 2010). Essa mudança não foi espontânea nem natural, mas resultado de uma reorganização social que privilegiou os homens como transmissores do patrimônio, transformando as mulheres em guardiãs de uma moral sexual restritiva, que assegurasse a legitimidade dos herdeiros.

Essa perspectiva histórica, profundamente materialista, ajuda a desmontar os discursos que naturalizam a opressão feminina.

A reflexão de Engels sobre a família patriarcal permite compreender como as mulheres foram destituídas de poder e autonomia ao longo dos séculos, em nome de um modelo de parentesco que garantisse a perpetuação da propriedade e da dominação masculina. Essa análise ilumina a dimensão econômica da opressão de gênero, mostrando que a exploração do trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres constitui pilar fundamental do sistema capitalista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Essa constatação permanece atual, pois mesmo nas sociedades industrializadas, a divisão sexual do trabalho ainda impõe às mulheres jornadas exaustivas e mal remuneradas, sustentadas por uma ideologia que associa a mulher ao cuidado, à doçura e à obediência.

Ao resgatar Engels, esta pesquisa reforça a necessidade de articular a crítica feminista ao materialismo histórico, uma vez que a libertação das mulheres não pode ser pensada apenas como conquista de direitos formais, mas como transformação radical das bases econômicas e sociais que estruturam o patriarcado. Engels nos mostra que a família, longe de ser uma instituição neutra ou natural, constitui um campo de luta política, onde se definem os contornos da dominação e da resistência (FEDERICI, 2017). Para romper de fato com a opressão feminina, é preciso reinventar as formas de produção e de reprodução social, libertando as mulheres do papel imposto de mantenedoras gratuitas da força de trabalho masculina.

Um aspecto notável da leitura engeliana está na percepção de que a emancipação feminina está intrinsecamente ligada à socialização do trabalho doméstico e à transformação das relações de produção (ENGELS, 2010). Ou seja, não se trata apenas de mudar valores ou mentalidades, mas de modificar concretamente a forma como a sociedade organiza suas funções produtivas e reprodutivas. Essa proposta radical se articula de maneira potente com a filosofia de Beauvoir, pois ambas denunciam que a condição feminina é histórica e transformável, nunca destino fixo. Assim, a análise de Engels potencializa a crítica existencialista feminista, permitindo uma leitura mais abrangente da opressão de gênero.

Além disso, a obra de Engels oferece instrumentos para compreender como a violência contra a mulher se tornou estruturante no processo civilizatório ocidental. A imposição do controle masculino sobre a sexualidade feminina, a vigilância moral e a submissão à autoridade masculina não são meras tradições culturais, mas mecanismos políticos profundamente ligados à manutenção de um sistema econômico desigual

(FEDERICI, 2017). Esse olhar histórico-materialista contribui para evidenciar que a violência de gênero não pode ser tratada como exceção ou anomalia, mas como parte de um projeto de dominação que atravessa séculos e molda até hoje as subjetividades.

A retomada de Engels neste trabalho, portanto, não visa uma simples homenagem ao marxismo clássico, mas a atualização crítica de suas categorias para pensar os desafios contemporâneos do feminismo. O diálogo com Beauvoir permite repensar a família, a moral, o trabalho e a própria subjetividade feminina a partir de um horizonte de libertação radical. Ao colocar essas duas tradições em conversa, abre-se um caminho fértil para pensar a reconstrução do papel da mulher na história da filosofia como uma ação insurgente, capaz de desestabilizar os pilares do patriarcado-capitalista (FRASER, 2020).

Ao incluir Engels no debate, reafirma-se a convicção de que a libertação feminina precisa ser também anticapitalista, pois as estruturas de exploração de classe e de gênero se sustentam mutuamente. Esse compromisso não é apenas teórico, mas político e ético, pois aponta para a urgência de um projeto de transformação social que alcance a raiz da desigualdade, reinventando a forma de organizar a vida coletiva e a reprodução social. Essa perspectiva fundamenta a proposta desta pesquisa, que se recusa a aceitar qualquer neutralidade em relação à opressão e se posiciona ao lado das mulheres que lutam por liberdade, autonomia e dignidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O CAPÍTULO “FATOS E MITOS” DE *O SEGUNDO SEXO*

O primeiro volume de *O Segundo Sexo*, intitulado *Fatos e Mitos*, constitui um inventário filosófico e sociológico imenso sobre como a figura da mulher foi construída, ao longo de séculos, por discursos religiosos, científicos, literários e filosóficos. Beauvoir denuncia que a biologia, a psicanálise, a história e até a filosofia serviram como aparatos ideológicos para justificar a subordinação feminina, transformando a mulher em uma essência fixa, passiva, naturalmente destinada à domesticidade e à reprodução (BEAUVOIR, 2009). Essa crítica se mantém absolutamente atual quando percebemos que ainda hoje, em muitos países, legislações tentam controlar os corpos femininos sob o pretexto de “proteger a família”, restringindo direitos reprodutivos e autonomia sexual, como se a mulher fosse, inevitavelmente, um útero a serviço da sociedade patriarcal.

Beauvoir faz um exame rigoroso das teorias biológicas que insistem em reduzir a mulher a seu aparelho reprodutor. Para ela, embora existam diferenças biológicas reais, a cultura e a história interpretaram tais diferenças de modo a transformá-las em destino. A maternidade, a menstruação, a gravidez, ao invés de serem vistas como potenciais dimensões da experiência feminina, foram ressignificadas pela sociedade para legitimar a clausura das mulheres no lar, vinculando-as exclusivamente ao cuidado e à dependência. Essa crítica ecoa nos debates atuais sobre licença-maternidade, divisão sexual do trabalho e invisibilização do trabalho doméstico, ainda largamente sustentado pela exploração do corpo e do tempo das mulheres (FRASER, 2020).

No âmbito da psicanálise, Beauvoir desmonta a concepção freudiana de que a mulher se define pela “falta” — a ausência de pênis — e, portanto, estaria fadada a invejar a potência masculina. Essa narrativa, travestida de ciência, reforçou por décadas a inferioridade psicológica feminina, disseminando estereótipos que atravessaram gerações, como a ideia de que a mulher seria naturalmente histérica, frágil, emocionalmente instável. Essas concepções ainda ressoam nos estigmas atuais, por exemplo, no modo como a saúde mental feminina é medicalizada de forma desigual: dados da Organização Mundial da Saúde (2022) mostram que mulheres recebem mais prescrições de psicofármacos que homens, muitas vezes sem investigações clínicas adequadas, revelando que o mito da “mulher emocionalmente fraca” persiste como justificativa para negar-lhes autonomia.

Outro alvo crucial de Beauvoir são os mitos religiosos, especialmente o cristianismo, que estruturaram por séculos a inferioridade feminina a partir da figura de Eva como portadora do pecado original. Esse mito, que ainda sustenta discursos ultraconservadores no Brasil e em outros países, legitima a culpabilização da mulher e serve de base para a violência doméstica e para a criminalização do aborto. No Brasil, por exemplo, parlamentares evangélicos têm tentado aprovar projetos de lei para proibir qualquer forma de aborto, mesmo nos casos já legalizados, sob a narrativa da “defesa da vida”, ocultando o real objetivo de controlar corpos femininos e restringir sua liberdade (GONÇALVES, 2021). Beauvoir nos alerta que esses mitos não são apenas folclore: são mecanismos ativos de dominação.

Beauvoir também se debruça sobre as narrativas literárias, examinando romances, contos e mitologias que forjam arquétipos femininos submissos, frágeis e dependentes. As princesas indefesas, as mães sacrificiais, as mulheres demoníacas ou impuras — todas essas imagens se fixaram no imaginário ocidental e moldaram expectativas de

comportamento. Essa crítica permanece urgente, considerando a mídia atual, que continua reproduzindo padrões de gênero estreitos, estimulando distúrbios de imagem corporal e insegurança emocional em meninas e mulheres. O relatório *State of the World's Children* (UNICEF, 2021) aponta que meninas adolescentes continuam sendo alvo de padrões de beleza inatingíveis, fator de risco para depressão e automutilação.

A força de *Fatos e Mitos* está justamente em mostrar que todos esses discursos — religiosos, científicos, artísticos, literários — se retroalimentam e se tornam uma malha simbólica de opressão, naturalizando desigualdades. Para Beauvoir, romper essa rede requer um projeto de consciência crítica e ação coletiva, pois nenhuma mulher se liberta isoladamente. Essa compreensão ajuda a fundamentar políticas públicas de igualdade, educação de gênero e democratização da filosofia, pois revela que a opressão feminina é um fenômeno complexo, que atravessa todas as esferas da vida social (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Por fim, *Fatos e Mitos* permanece atual não só por denunciar a dominação simbólica das mulheres, mas por propor a possibilidade de superação. Beauvoir convida as mulheres a se tornarem sujeitos conscientes, críticos e livres, desafiando as barreiras do patriarcado. O feminismo, para ela, não é um favor que os homens concedem, mas uma conquista arrancada na luta. Essa perspectiva ressoa poderosamente no cenário brasileiro recente, em que movimentos como a Marcha das Mulheres e a Primavera Feminista têm denunciado o machismo estrutural e defendido uma emancipação que não aceite concessões ou migalhas. O legado de *Fatos e Mitos*, assim, permanece vivo como um chamado à rebeldia.

O PONTO DE VISTA DO MATERIALISMO HISTÓRICO EM BEAUVOIR

No capítulo III de *O Segundo Sexo*, intitulado *O ponto de vista do materialismo histórico*, Simone de Beauvoir aprofunda seu diálogo crítico com o marxismo, questionando as bases econômicas da opressão feminina. Ela parte da premissa de que a condição feminina não pode ser explicada apenas por fatores biológicos ou psicológicos, mas deve ser compreendida a partir da forma como a sociedade organiza a produção e a reprodução (BEAUVOIR, 2009). Nessa perspectiva, Beauvoir reafirma que a dominação masculina não é um destino natural, mas um resultado histórico ligado à divisão sexual do trabalho, que confina as mulheres ao espaço privado e impede seu acesso aos meios de produção.

Ao retomar Engels, Beauvoir reconhece que a estrutura familiar patriarcal foi central para consolidar a opressão feminina, pois restringiu as mulheres ao papel de reprodutoras e educadoras dos filhos, sem autonomia econômica ou política (ENGELS, 2010). No entanto, ela também critica o marxismo ortodoxo por não ter aprofundado suficientemente a dimensão simbólica da opressão. Para Beauvoir, não basta socializar os meios de produção se a mulher continuar aprisionada ao mito da feminilidade — é necessário transformar as representações, os valores e as subjetividades. Essa síntese que ela propõe — materialismo histórico articulado ao existencialismo — constitui uma contribuição original e ainda pouco explorada nos estudos feministas.

Beauvoir argumenta que as mulheres, por estarem historicamente afastadas do trabalho produtivo, perderam a capacidade de se afirmar como sujeitos livres, restando-lhes apenas a dependência de um homem que detinha a propriedade e a autoridade. Essa análise dialoga com situações contemporâneas, como o caso das trabalhadoras domésticas no Brasil: ainda hoje, segundo dados do IBGE (2023), cerca de 90% das empregadas domésticas são mulheres, a maioria negras, e vivem sob intensa informalidade e baixa remuneração, evidenciando como a divisão sexual do trabalho segue reproduzindo hierarquias de gênero e raça, herança direta de um patriarcado estrutural.

Outro elemento poderoso do capítulo III é a demonstração de que a desigualdade de gênero se sustenta em mitos simbólicos, mas também em barreiras materiais. Beauvoir destaca, por exemplo, que a impossibilidade de possuir riqueza própria ou participar da esfera política perpetua a dependência feminina. Essa reflexão ajuda a entender por que, mesmo após conquistas legais, muitas mulheres permanecem subordinadas. É o caso das chefias políticas no Brasil, onde, apesar da lei de cotas partidárias, as mulheres ocupam apenas cerca de 17% das cadeiras no Congresso Nacional (Câmara, 2023). Ou seja, a formalidade do direito não basta sem a transformação estrutural das bases econômicas e simbólicas.

Beauvoir enfatiza a necessidade de ruptura radical: romper a dependência econômica, mas também libertar a mulher de papéis culturais cristalizados. Ela propõe que a mulher deve reconquistar sua transcendência — conceito existencialista que significa sair do estado de objeto e assumir-se como sujeito ativo. Isso implica lutar por autonomia financeira, liberdade sexual, participação política, mas também reinventar as narrativas que nos dizem o que é ser mulher. Essa dupla libertação — material e simbólica — é o núcleo do pensamento de Beauvoir e segue inspirando correntes feministas contemporâneas que se definem como anticapitalistas e interseccionais (FRASER, 2020).

O capítulo III ainda revela a inquietação de Beauvoir diante do risco de as mulheres se acomodarem ao lugar de conforto na opressão. Ela denuncia que algumas internalizam tanto os valores patriarcais que resistem à própria liberdade, pois o hábito de ser dominada cria dependências afetivas e psíquicas. Essa análise é dolorosa, mas necessária, pois convoca a responsabilidade individual e coletiva de romper com o conformismo. Beauvoir nos lembra que a libertação não é um presente, mas uma construção cotidiana, árdua, muitas vezes conflituosa, mas indispensável.

A força do materialismo histórico em Beauvoir reside em revelar que o feminismo não pode ignorar a luta de classes. A opressão de gênero e a opressão econômica se reforçam mutuamente, e apenas a superação conjunta poderá garantir liberdade real para as mulheres. Essa visão amplia o alcance da filosofia feminista e inspira esta pesquisa, pois convoca à radicalidade: não basta reformar o sistema, é preciso transformá-lo por inteiro. Essa mensagem permanece viva e pulsante para quem se compromete com a emancipação das mulheres.

ARTICULAÇÃO COM O CAPÍTULO “A FAMÍLIA” DE ENGELS

A interlocução entre Simone de Beauvoir e Friedrich Engels se mostra especialmente potente ao analisarmos o capítulo II de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, onde Engels faz um diagnóstico preciso do surgimento da família patriarcal como pilar de opressão feminina. Engels argumenta que a instituição familiar, tal como a conhecemos, nasceu como mecanismo para garantir a propriedade privada e legitimar a transmissão da herança masculina, estabelecendo um controle sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres (ENGELS, 2010). Beauvoir retoma essa análise em seu capítulo III, demonstrando como a sujeição feminina se articula não apenas a um sistema econômico, mas também a valores simbólicos profundamente arraigados.

Engels aponta que, antes da propriedade privada, havia formas de organização social mais igualitárias, com maior autonomia feminina, especialmente em sociedades matrilineares. A perda desse protagonismo feminino com o advento da família patriarcal foi um marco histórico na consolidação da dominação de gênero. Essa tese ecoa fortemente em Beauvoir, que identifica na organização doméstica a prisão que confina a mulher à repetição, impedindo-a de realizar sua liberdade e transcendência (BEAUVOIR,

2009). Esse diálogo entre os dois autores mostra que a libertação feminina exige, necessariamente, transformar as bases materiais que sustentam o patriarcado.

A articulação entre Beauvoir e Engels se revela fértil ao discutirmos a desigualdade doméstica na contemporaneidade. No Brasil, dados do IBGE (2022) mostram que as mulheres ainda realizam, em média, 73% de todas as tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, mesmo quando possuem emprego formal. Isso confirma a análise de Engels e Beauvoir de que o lar continua sendo um espaço de reprodução da opressão, travestido de afeto e moral. A romantização da maternidade, a idealização da dona de casa, a glamourização da “mulher guerreira” sobrecarregada — tudo isso são estratégias para legitimar a exploração do trabalho doméstico e mantê-lo invisível.

Engels também nos alerta que a moral sexual patriarcal serviu para legitimar o poder masculino, restringindo a liberdade feminina e naturalizando a monogamia imposta às mulheres. Esse controle sobre a sexualidade permanece vivo, por exemplo, em legislações restritivas sobre o aborto ou no julgamento moral de mulheres que têm múltiplos parceiros. Beauvoir, ao retomar Engels, denuncia que essa vigilância sobre o corpo feminino se articula à manutenção de privilégios masculinos e à reprodução de estruturas de poder. Casos recentes no Brasil, como o do médico acusado de estuprar uma paciente sedada durante uma cesariana em 2022, revelam a persistência brutal dessa dominação misógina.

Outro aspecto importante na leitura conjunta de Beauvoir e Engels diz respeito ao trabalho produtivo. Engels afirma que a libertação da mulher passa pelo acesso ao trabalho socialmente reconhecido e remunerado, pois só assim ela poderá romper com a dependência econômica (ENGELS, 2010). Beauvoir concorda, mas acrescenta que isso não basta se a divisão sexual do trabalho continuar a reproduzir desigualdade. A mulher precisa não apenas trabalhar fora de casa, mas participar de todas as esferas do poder, inclusive político e cultural, para transformar as representações que sustentam o patriarcado.

A leitura do capítulo II de Engels, articulada ao pensamento de Beauvoir, permite entender que a libertação feminina é um processo histórico de longo prazo, que exige mudanças estruturais profundas. Não basta garantir salários ou leis progressistas se a mentalidade patriarcal seguir intacta, pois ela seguirá operando no imaginário coletivo e nos comportamentos cotidianos. Essa compreensão inspira políticas públicas integradas, que combinem igualdade econômica, educação de gênero, combate à violência doméstica e democratização dos espaços de decisão.

A articulação entre Beauvoir e Engels oferece ao feminismo uma síntese potente: a transformação da mulher em sujeito autônomo passa, necessariamente, pela reinvenção da família e da moral sexual. Essa reinvenção não é utopia abstrata, mas horizonte de luta, já visível nos movimentos feministas que reivindicam novas formas de parentalidade, direitos sexuais e reprodutivos plenos e autonomia econômica. A crítica articulada ao capitalismo e ao patriarcado segue sendo a tarefa mais urgente de nosso tempo, e Beauvoir e Engels nos oferecem ferramentas poderosas para isso.

CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS: RECONSTRUÇÃO DA MULHER NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Ao longo dos séculos, a história da filosofia forjou a figura da mulher como ausência, como não-sujeito, como alteridade inferior ao homem. Essa tradição atravessou pensadores de todas as correntes, de Aristóteles a Kant, de Hegel a Heidegger, consolidando um cânone quase exclusivamente masculino que apagou ou ridicularizou a experiência feminina (BEAUVOIR, 2009). Reconstituir criticamente essa história significa recusar a neutralidade do discurso filosófico e denunciar seu caráter androcêntrico. Essa reconstrução é mais do que um resgate acadêmico: é uma ação política que visa deslocar a mulher do lugar de objeto contemplado para o lugar de sujeito que pensa e transforma.

Beauvoir foi pioneira nesse movimento ao propor que a mulher não é essência, mas projeto. Ela recusa a visão naturalizada da feminilidade e mostra que as mulheres foram moldadas historicamente para servir ao homem, como instrumentos de reprodução e de prazer, sem acesso à plena autonomia. Essa denúncia ecoa hoje em debates sobre representatividade feminina na política, na ciência, na economia, onde mulheres ainda enfrentam barreiras monumentais para serem reconhecidas como protagonistas (FRASER, 2020). A filosofia feminista, inspirada em Beauvoir, cumpre assim a tarefa de reescrever a história a partir de quem sempre foi silenciado.

Reconstruir a mulher na filosofia significa também questionar as bases epistemológicas da tradição ocidental, que valoriza a razão abstrata, o universalismo, a objetividade sem corpo. Essas categorias, tão caras ao Iluminismo, serviram para legitimar a exclusão das mulheres e de outros grupos subalternizados. O feminismo nos convoca a repensar a razão como situada, corporificada, marcada por gênero, classe, raça

e cultura. Essa crítica amplia a noção de racionalidade e permite incluir perspectivas plurais, insurgentes e emancipatórias na prática filosófica (GONÇALVES, 2021).

É nesse sentido que se pode falar em insurgência epistemológica. Ao reconstruir a mulher na história da filosofia, não se trata apenas de incluir autoras no currículo, mas de subverter o cânone, reordenar prioridades, desconfiar dos conceitos herdados. Isso exige coragem intelectual e política, pois ameaça privilégios antigos. Casos recentes de ataques misóginos a professoras universitárias, como o ocorrido na Universidade Federal de Pernambuco em 2021, mostram que as resistências ao avanço feminista continuam vivas e agressivas. A filosofia, portanto, não pode se furtar a esse embate.

A reconstrução da mulher como sujeito filosófico deve ser, também, uma reconstrução da coletividade. Beauvoir nos ensina que a libertação feminina não é um gesto isolado, mas uma prática de solidariedade, de reinvenção coletiva da existência. Isso implica dialogar com outras lutas — antirracistas, anticapacitistas, anticoloniais —, pois todas as formas de opressão se entrelaçam. O feminismo de Beauvoir, ao articular existencialismo e materialismo histórico, nos oferece um caminho fértil para essa interseccionalidade transformadora (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Reescrever a história da filosofia a partir da mulher é uma tarefa que envolve, também, reimaginar futuros. Não basta olhar para trás; é preciso projetar novos horizontes, em que meninas e mulheres não herdem apenas a repetição da subordinação, mas a possibilidade real de ser livre. Isso passa por políticas públicas, por mudança cultural, por revisão curricular e por mobilização social. O pensamento de Beauvoir permanece atual como farol para essas transformações, pois insiste que “ser mulher” não é destino, mas criação histórica e, portanto, passível de reinvenção.

Reconstruir a mulher na história da filosofia é, acima de tudo, um gesto de rebeldia. É dizer não à exclusão, não à violência simbólica, não à inferiorização crônica que tantas gerações sofreram. Este trabalho, ao revisitar Beauvoir e Engels, pretende contribuir para esse gesto rebelde, recolocando a mulher no centro da reflexão filosófica e da ação política. Essa é a maior homenagem que se pode prestar às mulheres do passado, do presente e do futuro: garantir que nunca mais sejamos silenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a analisar criticamente a reconstrução da mulher na história da filosofia, a partir do pensamento de Simone de Beauvoir, sobretudo no capítulo III de *O Segundo Sexo*, em articulação com o capítulo II de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels. O percurso investigativo revelou que a condição feminina, há séculos, foi aprisionada por mitos biologizantes, discursos religiosos e teorias científicas enviesadas, todos voltados a consolidar a posição da mulher como “Outro”, dependente e submisso ao sujeito masculino. Essa constatação histórica não apenas legitima a exclusão das mulheres, mas reproduz sua opressão na atualidade, seja por meio de desigualdades materiais, seja por representações simbólicas que limitam a liberdade feminina. Por isso, revisitar Beauvoir, em diálogo com Engels, faz emergir a urgência de superar essas narrativas para reconstruir, no presente, as possibilidades de emancipação plena das mulheres.

Ao longo do trabalho, destacou-se que Beauvoir rompe com as leituras meramente existencialistas ao reconhecer que a mulher não poderá conquistar autonomia real sem questionar as bases materiais que sustentam o patriarcado-capitalista. Essa perspectiva, ao ser articulada com Engels, mostrou que a família patriarcal, historicamente consolidada para proteger a propriedade privada e garantir a sucessão de herdeiros, segue sendo um pilar de subordinação feminina, perpetuando a divisão sexual do trabalho e naturalizando a exploração do corpo e do tempo das mulheres. Essa análise é decisiva para compreender porque, ainda hoje, o espaço doméstico permanece um território de desigualdade, mesmo quando a mulher conquista participação no mercado de trabalho formal.

A investigação permitiu ainda observar que Beauvoir amplia o materialismo histórico ao incorporar a crítica da subjetividade feminina, apontando que não basta transformar a economia — é necessário libertar a mulher dos mitos simbólicos que colonizaram seu imaginário. A luta feminista, portanto, não se esgota em reformas estruturais, mas demanda a reinvenção profunda de valores, narrativas e afetos, que continuam moldando a mulher como ser destinado à submissão. Essa leitura complexa, que articula a transformação material e simbólica, segue sendo um dos maiores legados de Beauvoir, e inspira, até hoje, os feminismos interseccionais e decoloniais, que também questionam as múltiplas camadas de opressão que recaem sobre as mulheres.

Outro ponto que emergiu da análise diz respeito à centralidade do trabalho doméstico como eixo de exploração e dominação. A naturalização de que a mulher deve cuidar da casa, dos filhos e da vida cotidiana segue funcionando como mecanismo de controle, tanto econômico quanto moral. Casos recentes no Brasil, onde trabalhadoras domésticas continuam expostas a condições análogas à escravidão, evidenciam que a herança patriarcal se soma ao racismo estrutural e ao elitismo, perpetuando desigualdades históricas. Engels e Beauvoir, ao denunciarem a família patriarcal e a dependência econômica como instrumentos de dominação, continuam sendo referenciais indispensáveis para pensar alternativas radicais a essa forma de organização social.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa reafirma a importância de construir epistemologias feministas comprometidas não apenas com a inclusão de vozes femininas no cânone, mas com a crítica profunda ao próprio cânone filosófico. A história da filosofia ocidental precisa ser reescrita, não como lista de nomes a acrescentar, mas como reconfiguração do sentido da filosofia enquanto prática transformadora e situada. Essa reconfiguração passa por reconhecer a pluralidade de sujeitos históricos, incluindo mulheres, pessoas racializadas e outros grupos subalternizados, rompendo com o mito de uma racionalidade neutra e universal. Beauvoir, ao recusar a pretensa neutralidade masculina, abre caminho para pensar a filosofia como espaço vivo de disputa, rebeldia e reinvenção.

No plano político, os achados desta investigação reforçam a necessidade de manter viva a militância feminista, articulada a movimentos de trabalhadores e outros movimentos populares. A opressão de gênero não pode ser compreendida isoladamente, pois se entrelaça com hierarquias de classe, raça, sexualidade e colonialidade. Essa constatação fundamenta a defesa de um feminismo anticapitalista e interseccional, que combata as causas estruturais da desigualdade e proponha novos modos de viver e se organizar. O diálogo entre Beauvoir e Engels indica que apenas a transformação integral das relações sociais, da moral e da produção poderá garantir a emancipação plena das mulheres.

Esta pesquisa, ao se posicionar conscientemente como um gesto militante, não tem a pretensão de esgotar o debate, mas de contribuir para reacender reflexões e suscitar novas perguntas. A reconstrução da mulher na filosofia não pode ser pensada como obra acabada: trata-se de um processo permanente, aberto, que demanda revisão constante, pois as opressões também se adaptam, ganham novas formas, e precisam ser continuamente denunciadas e enfrentadas. Nesse sentido, encerro estas considerações

reafirmando meu compromisso, enquanto mulher pesquisadora, de seguir questionando, resistindo e construindo saberes que fortaleçam a liberdade feminina.

Reconheço que, apesar de todas as barreiras, as mulheres seguem produzindo filosofia, arte, ciência e política, resistindo às múltiplas violências e se reinventando a cada geração. O legado de Simone de Beauvoir, ao proclamar que “não se nasce mulher, torna-se”, continua ecoando como um convite irrecusável a romper as correntes do passado e a reimaginar novos futuros. Que esta pesquisa possa ser, ainda que de forma modesta, uma fagulha nesse processo coletivo de emancipação, encorajando outras mulheres a se afirmarem como sujeitas históricas, livres e transformadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2010.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Elefante, 2017.

FRASER, Nancy. *O feminismo em movimento*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GONÇALVES, Giselle. *Feminismos e epistemologias insurgentes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HUNTER, Lynette. *Beauvoir and history: rethinking materialism*. London: Routledge, 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Relatório mundial de saúde mental 2022. Disponível em: <https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/world-mental-health-report>. Acesso em: 28 jun. 2025.

UNICEF. *State of the World's Children*. Nova York: UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/state-worlds-children-2021>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Painel de Participação Feminina. Brasília: Câmara, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LOPES, Fernanda. *O existencialismo de Beauvoir e a crítica feminista*. Revista Estudos Feministas, v. 27, n. 1, p. 1–15, 2019.

RAGO, Margareth. *Feminismo e subjetividade*. São Paulo: Unesp, 2018.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução de Paulo Perdigo. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Obra original publicada em 1943.